

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 658.188 - RS (2015/0018246-9)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADOR : LEANDRO DA CUNHA E SILVA E OUTRO(S) - RS025934
AGRAVADO : SILVINA AMARAL DA SILVA
ADVOGADO : MANOEL NELCIMAR BARBOSA - RS007879

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL** contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"CONTRATOS DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA.

PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA REJEITADA - Não evidenciada qualquer afronta aos princípios constitucionais do devido processo legal ou do contraditório, descabe o acolhimento da preliminar de nulidade da sentença.

MÉRITO - Em que pese o IPERGS, exequente, seja titular de direitos e obrigações próprios, está diretamente vinculado ao seu ente instituidor, no caso, o Estado do Rio Grande do Sul.

Comprovado nos autos que o Estado recebeu, pelo IPERGS, determinado valor, emitindo documento que dá total quitação ao contrato firmado por sua Autarquia, não se há de falar em má-fé da parte autora, que buscou quitar dívida perante o ente estatal, tampouco em ilegitimidade do Estado que recebeu a quantia.

Acerca da suficiência do valor depositado, cabe a quem alega comprovar fato constitutivo de seu direito. Ônus do qual não se desincumbiu o apelante/exequente.

PRELIMINAR REJEITADA. NO MÉRITO, NEGADO PROVIMENTO À APELAÇÃO. DECISÃO UNÂNIME". (fls. 101, e-STJ)

Nas razões do recurso especial, o agravante alega violação dos arts. 267 e 535 do CPC/73, 319 e 320 do CC. Sustenta, em síntese, negativa de prestação jurisdicional em razão das omissões perpetradas quando do julgamento dos embargos de declaração opostos na origem.

Superior Tribunal de Justiça

Afirma, ademais, que "a embargante efetuou com o IPERGS contrato de mútuo no qual teve financiado o valor de um terreno sobre o qual se obrigava a construir uma edificação. O valor foi repassado pelo IPERGS, mas a mutuária nem construiu a edificação e nem satisfaz as prestações do financiamento. Alega que o recebimento de valor e quitação não se confundem, aos seguintes argumentos: *"a quitação constitui prova efetiva de pagamento e a quitação dá-se por documento pelo qual o credor reconhece que recebeu o pagamento, exonerando ou liberando o devedor da relação obrigacional"* (fl. 136), aduzindo que a guia de arrecadação não está acompanhada de demonstrativo do crédito.

Relata, ainda, que após várias cobranças administrativas, por iniciativa própria, a executada depositou o valor que entendia devido nos cofres do Estado (e não para o IPERGS) e requereu administrativamente a quitação do débito e o levantamento da hipoteca." (fls. 147). Alega a ilegitimidade de terceira pessoa para dar quitação nos autos, pessoa que não é parte na execução hipotecária.

Sem contrarrazões.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Nas razões recursais, o recorrente alega negativa de prestação jurisdicional, pois *"interpôs embargos de declaração prequestionador do art. 267, VI, do CPC"*, aos seguintes fundamentos (fls. 133-134):

O acórdão recorrido sustenta que a pessoa jurídica Estado do Rio Grande do Sul tem legitimidade para receber pagamentos e dar quitacoes em nome da pessoa jurídica IPERGS, quando são inconfundíveis o instituidor e o instituído, o sócio e a sociedade (teoria da personalidade jurídica).

Assim, pede-se o prequestionamento explícito do art. 267 e VI, do

CPC (...) Decreto - lei nº 200 de 25/02/1967, pois a pessoa jurídica Estado não representa a pessoa jurídica IPERGS (teoria do órgão de Gierke).

Claramente ilegal a Guia de Arrecadação à fl. 15 dos embargos de declaração (verso de fls. 48), pois não apresenta o CÓDIGO DE ARRECADAÇÃO, pois, isso, esse valor somente chegou ao conhecimento do embargante 4 (quatro) anos após o depósito do valor, fl. 55.

Diz a decisão embargada que o embargante deixou de provar a insuficiência da quantia depositada pela executada, porém, o embargante provou que o valor depositado não seguiu a correção dos valores do SFH, fls. 49.

POSTO ISSO, sejam sanadas as omissões para o prequestionamento explícito dos dispositivos constitucionais e legais supracitados ventilados no recurso de apelação e demais manifestações nos autos."

Por sua vez, o Tribunal de origem, manifestou-se nos seguintes termos (fls.

104-106):

Nenhum reparo deve ser feito à sentença, que decidiu a lide dentro dos limites legais e bem analisando o constante dos autos, dando, pois, correta solução à mesma.

Conforme o douto Desembargador LUIS AUGUSTO COELHO BRAGA (ApC 70045680980, Sexta Câmara Cível, TJRS), não transcrever os termos do julgado de 1ª Instância - ou o parecer do Ministério Público - quando sê tem idêntico entendimento, seria incorrer em desnecessária tautologia, feendo plenamente cabível que o aresto tome as razões de outro julgamento ou parecer jurídico como motivação de deliberar.

AGRAVO REGIMENTAL (...). ADOÇÃO DE PARECER MINISTERIAL OU ALUSÃO AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA COMO RAZÕES DE DECIDIR. POSSIBILIDADE.

(...)

3. A jurisprudência desta Casa de Justiça e também do Supremo Tribunal já sedimentou o entendimento segundo o qual não há nulidade na adoção, como razões de decidir, do parecer ministerial ou da decisão proferida pela instância ordinária.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no HC 92.894/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 04/10/2011, DJe 17/10/2011).

Então, aos fundamentos sentenciais cabe que se acrescentem, com

a devida vênia, aqueles constantes no parecer do Ministério Público (fls. 61 a 63), adotando-os também como razões de decidir, evitando-se, assim, indesejada tautologia, verbis:

(...).

Verifica-se que houve, quando da interposição do recurso, o atendimento a todos os pressupostos processuais e requisitos de admissibilidade, de maneira a ensejar o conhecimento da apelação.

No que tange a preliminar de nulidade da sentença, tem-se que não merece prosperar a irresignação, já que não houve qualquer afronta aos princípios constitucionais do devido processo legal ou do contraditório.

Inicialmente, vale frisar que a alegação de violação ao princípio do devido processo legal, em razão de o magistrado ter extinguido a execução com base em documento juntado nos embargos, não procede. Isso porque, o feto dos embargos terem sido extintos por ausência de pressuposto processual, não invalida ou tira a credibilidade dos documentos nele juntados ou dos atos nele praticados, mas somente impossibilita o julgamento do mérito do incidente.

Logo, nada impede o magistrado de se utilizar de um documento legítimo juntado nos autos dos embargos, para decidir a demanda executória, já que tal prova é essencial ao deslinde dessa ação e contribui a prestação da tutela jurisdicional de forma justa.

Outrossim, compulsando os autos dos embargos à execução, percebe-se que o IPERGS (ao contrário do que tenta fazer crer) foi intimado a responder os embargos e a se manifestar sobre a guia de depósito apresentada pela parte embargante (fl. 26), porém não o fez, conforme certificado pelo escrivão à fl. 27 dos mesmos autos.

Portanto, também não há que se falar em inobservância ao princípio do contraditório, pois o mesmo foi devidamente oportunizado, sendo que a parte optou por permanecer silente.

Superada tal questão, não havendo motivo plausível para se anular a r. decisão, passa-se a análise do mérito.

Além de repetir a questão já abordada em preliminar, em relação à desconconsideração da guia de depósito apresentada à fl. 15 dos embargos, o apelante sustenta que esse documento é incapaz de comprovar a quitação do contrato habitacional, pois não foi fornecida pelo credor, IPERGS.

Ainda, sustenta que a descrição constante na guia é

afirmativa unilateral da parte apelada e também que não há prova nos autos de que o valor depositado corresponde ao saldo, de fato, devido à época do depósito.

Conforme restará demonstrado, é indubitável a fragilidade da argumentação exposta pelo apelante, conquanto não deve ser provido o apelo também nesse ponto.

É cediço que o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul é autarquia estadual, criada pela Lei Estadual n. 7672/82, que, apesar de ser titular de direitos e obrigações próprios, está diretamente vinculada ao seu ente instituidor, no caso, o Estado do Rio Grande do Sul.

Ora, se o Estado instituidor, o qual detém o poder de controlar a entidade instituída (IPERGS), recebe por ela determinado valor, emitindo documento que dá total quitação ao contrato firmado por sua autarquia, não há que se falar em má-fé da apelada que buscou quitar sua dívida perante o ente estatal, tampouco em ilegitimidade do Estado que recebeu à quantia.

Concernente ao questionamento feito acerca da suficiência do valor depositado pela apelada, é sabido que, no ordenamento jurídico brasileiro, cabe a quem alega comprovar fato constitutivo de seu direito (art. 333 do Código de Processo Civil). Portanto, no caso em comento, era ônus do apelante provar que a quantia paga pela apelada (fl. 15 dos embargos) era aquém daquela efetivamente devida para quitar o contrato.

Sendo assim, haja vista que não logrou o apelante em demonstrar que o montante depositado era inferior ao devido, deve ser dado por quitado o contrato habitacional firmado entre as partes, mantendo-se, pois, a sentença recorrida, por seus próprios termos. (...) (fls. 61 verso a 63).

Isso posto, e com suporte nos fundamentos acima transcritos, rejeito a preliminar e, no mérito, nego provimento à Apelação.

É como voto.

Nesse toar, rejeita-se a alegada violação ao art. 535, II, do CPC/73, uma vez que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Como já dito, a uníssona jurisprudência desta eg. Corte é no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados, desde que aprecie a lide em sua inteireza,

com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS-EMBARGANTES.

(...)

2. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.

(...)

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 362.110/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe de 23/03/2017 - grifou-se)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973 (CORRESPONDENTE AO ART. 1.022 DO CPC/2015). DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973, correspondente ao art.1.022 do CPC/2015, quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 988.556/MS, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe de 17/03/2017 - grifou-se)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. PÓS-QUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação do art. 535 do Código de Processo Civil/73 pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio - tal como lhe foram postas e submetidas -, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

(...)

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 942.166/RS, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe de 16/03/2017 - grifou-se)

Ademais, a Câmara Julgadora, acerca da guia apresentada nos embargos à execução, no qual o recorrente alega que a mesma é imprestável a comprovar a quitação do contrato habitacional, "pois não foi fornecida pelo credor", assim se pronunciou, *in verbis*:

Inicialmente, vale frisar que a alegação de violação ao princípio do devido processo legal, em razão de o magistrado ter extinguido a execução com base em documento juntado nos embargos, não procede. Isso porque, o feto dos embargos terem sido extintos por ausência de pressuposto processual, não invalida ou tira a credibilidade dos documentos nele juntados ou dos atos nele praticados, mas somente impossibilita o julgamento do mérito do incidente.

Logo, nada impede o magistrado de se utilizar de um documento legítimo juntado nos autos dos embargos, para decidir a demanda executória, já que tal prova é essencial ao deslinde dessa ação e contribui a prestação da tutela jurisdicional de forma justa.

*Outrossim, compulsando os autos dos embargos à execução, percebe-se que o **IPERGS (ao contrário do que tenta fazer crer)** foi intimado a responder os embargos e a se manifestar sobre a guia de depósito apresentada pela parte embargante (fl. 26), porém não o fez, conforme certificado pelo escrivão à fl. 27 dos mesmos autos.*

Portanto, também não há que se falar em inobservância ao princípio do contraditório, pois o mesmo foi devidamente oportunizado, sendo que a parte optou por permanecer silente.

Superada tal questão, não havendo motivo plausível para se anular a r. decisão, passa-se a análise do mérito.

*Além de repetir a questão já abordada em preliminar, em relação à desconconsideração da guia de depósito apresentada à fl. 15 dos embargos, o apelante sustenta que esse documento é incapaz de comprovar a quitação do contrato habitacional, pois não foi fornecida pelo credor, **IPERGS**.*

Verifica-se que o fundamento acima destacado no trecho reproduzido do acórdão hostilizado não foi alvo de impugnação nas razões recursais, de modo a incidir a Súmula 283/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ERRO DE CÁLCULO. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.

1. (...)

2. *A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado, qual seja, a configuração de inovação recursal em relação à cobrança em duplicidade dos juros, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF.*

3. (...)

4. *Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 978.980/SP, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 15/08/2017 - grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA POSSE COM ANIMUS DOMINI (POSSE AD USUCAPIONEM). FUNDAMENTOS DO ESPECIAL DISSOCIADOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SUMULAS 283 E 284 DO STF. DESCONSTITUIÇÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO DESPROVIDO.

1. *Estando as razões do recurso especial dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido, não havendo, portanto, impugnação do decisum, tem incidência as Súmulas 283 e 284 do STF.*

2. *Ademais, na via do recurso especial não se mostra possível modificar as conclusões das instâncias ordinárias acerca da ausência de comprovação da posse ad usucapionem, por demandar reexame do conjunto fático-probatório dos autos (Súmula 7/STJ).*

3. *Agravo regimental desprovido.*

(AgRg no AREsp 699.369/DF, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe

Superior Tribunal de Justiça

13/11/2015)

Em relação à ilegitimidade de terceira pessoa para efetuar a quitação do contrato, inviável, no ponto, reformar o acórdão recorrido, tendo em vista que a conclusão do Tribunal local foi obtida por meio do acervo fático-probatório trazido aos autos. Incidência, na espécie, do óbice da Súmula 7/STJ.

Por fim, quanto ao dissídio jurisprudencial, tendo o Tribunal local concluído com base no conjunto fático-probatório, impossível se torna o confronto entre o paradigma e o acórdão recorrido, uma vez que a comprovação do alegado dissenso reclama consideração sobre a situação fático-probatória de cada julgamento, o que não é possível de ser feito nesta via excepcional, por força da Súmula n. 7 desta Corte.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília-DF, 19 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator